



**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACHADINHO DO OESTE**

---

**Inquérito Civil Público n. 073/2019-PJMDO**

**RECOMENDAÇÃO Nº 005/2019/PJMDO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio das Promotoras de Justiça signatárias, **Dra. MARLÚCIA CHIANCA DE MORAIS** e **Dra. AIDEE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ**, da Procuradora da República, **Dra. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA**, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c 27, parágrafo único da Lei Federal n. 8.625/93 e 44, parágrafo único da Lei Estadual n. 93/93, no âmbito do expediente administrativo acima,

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil);

**CONSIDERANDO** que a Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 225 e parágrafos, erigiu o meio ambiente como bem pertencente à coletividade que deve ser preservado para as presentes e futuras gerações, garantido sadia qualidade de vida a todos;

**CONSIDERANDO** que no dia 29 de março de 2019 ocorreu possível rompimento de uma das barragens de rejeitos de mineração, bem como de reservatórios e represas pertencentes à empresa METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, localizada no Distrito de Oriente Novo, Município de Machadinho D'Oeste/RO, causando a destruição de várias pontes e bueiros na localidade e adjacências, além de danos ambientais gravíssimos e danos patrimoniais de toda sorte, todos ainda insuscetíveis de completa identificação;

**CONSIDERANDO**, ainda, que há informações de que a barragem principal da METALMIG, localizada no Distrito de Oriente Novo, município de Machadinho DO Oeste/RO, apresenta risco de rompimento, o que causaria danos ambientais e patrimoniais em proporções inestimáveis;

**CONSIDERANDO** que a METALMIG, na condição de provável autora de infrações cíveis e penais contra o meio ambiente, também está potencialmente sujeita à imposição de medidas acautelatórias de natureza criminal previstas no art. 22 da Lei n. 9.605/98, incluindo a suspensão parcial de atividades, a qual poderá ser aplicada quando estiverem sendo observadas as disposições legais ou regulamentares relativas à proteção do meio ambiente;

---



**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACHADINHO DO OESTE**

---

**CONSIDERANDO** que à METALMIG, também podem ser impostas judicialmente as providências ora recomendadas, cujo objetivo último é impedir que se perpetuem comportamentos ilícitos e nocivos à sociedade, ao meio ambiente e, por último, à própria empresa;

**CONSIDERANDO** que a presente recomendação visa-se a tutelar o meio ambiente e o direito à saúde e à vida dos moradores da região afetada, que se encontram em evidente perigo, diante do risco de rompimento das estruturas localizadas na zona de atenção;

**CONSIDERANDO** que na qualidade de titular de empreendimento minerário e objetivamente responsável pelos riscos inerentes à sua atividade, a METALMIG tem o dever de assegurar a estabilidade das barragens de rejeitos e demais estruturas integrantes de seus complexos de mineração, nesse sentido estabelece a Lei Federal 12.334/2010, a qual tratou da política nacional de segurança de barragens;

**CONSIDERANDO** que é permitido ao empreendedor exercer atividade potencialmente perigosa e degradadora mediante autorização do órgão licenciador, com respeito aos princípios constitucionais da dignidade humana (consumidores e cidadãos em geral tem o direito subjetivo à vida, à incolumidade física e patrimonial), decorrendo daí o dever de manter a segurança com relação as estruturas físicas do seu empreendimento;

**CONSIDERANDO** que havendo risco de prejuízos irreparáveis e irreversíveis ao meio ambiente e à sociedade, em observância ao princípio da precaução e da teoria do risco integral, devem ser adotadas medidas eficazes para prevenir a degradação;

**CONSIDERANDO** que havendo a constatação de danos ao meio ambiente, devem ser adotadas medidas eficazes, sendo possível a inversão do ônus da prova para atribuir à empresa o encargo de provar a segurança do empreendimento, a teor do disposto no art. 6º, inc. VIII, da Lei n. 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei n. 7.347/1985, conjugado ao princípio da precaução (Lei n. 6.938/1981);

**CONSIDERANDO** que o Órgão Ambiental, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde; e IV - fundado receio de dano ao meio ambiente em decorrência de falhas ou omissões no Licenciamento Ambiental (art. 27 da Lei 3.686/2015);

Resolve **RECOMENDAR** à SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM, **que**;

a) **suspenda**, imediatamente, a licença de operação, bem como

---



**Ministério Público**  
do Estado de Rondônia  
*em defesa da sociedade*

---

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACHADINHO DO OESTE**

---

determine à METALMIG que abstenha-se de lançar rejeitos ou praticar atividades que possam incrementar o risco das barragens e quaisquer outras estruturas que estejam localizadas no Município de Machadinho D'Oeste, até que sejam realizadas e concluídas, análises, vistorias e perícias técnicas no local, através dos Órgãos Ambientais competentes e Agências reguladoras fiscalizatórias;

b) somente autorize o retorno das atividades nas barragens de mineração, localizadas no Município de Machadinho D'Oeste, pertencente à Empresa METALMIG, após a apresentação de todos os laudos periciais confeccionados pelos Órgãos Ambientais Estaduais e Federais competentes, e Agências Reguladoras, tais como ANM - Agência Nacional de Mineração, demonstrando que estas não oferecem risco de rompimento ou de qualquer outro risco ao meio ambiente, à vida e a saúde dos moradores daquela região.

c) realize fiscalizações, no mínimo bimestrais, objetivando aferir se as recomendações, determinações legais, orientações e notificações estão sendo cumpridas pela empresa METALMIG.

**DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO  
DA PRESENTE RECOMENDAÇÃO:**

Embora não tenha caráter vinculativo, a **não** observância desta recomendação pode **acarretar a responsabilização criminal, administrativa e civil**, além de responder por ato de improbidade administrativa, dos agentes públicos incumbidos de zelar pelo patrimônio público e princípios da administração pública.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Recomendado e, em observância ao Princípio Constitucional da Publicidade, encaminhe-se cópia desta Recomendação à mídia local para divulgação como forma de controle popular sobre os atos públicos.

Machadinho do Oeste, 01 de abril de 2019.

**MARLÚCIA CHIANCA DE MORAIS**

*Promotora de Justiça*

**AIDEE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ**

*Promotora de Justiça*

**GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA**

*Procuradora da República*

---